

REVISTA MARACANAN

Dossiê

“Não é exatamente de mulheres que a República precisa: é de pares para os seus cavalheiros” – Ciência e ficção em narrativas sobre mulheres pobres e trabalhadoras nos jornais diários (Rio de Janeiro, 1896)

“The Republic Is Not Exactly in Need of Women, But of Dance Partners for Its Gentlemen”: Science and Fiction in Daily Newspapers Narrative on Working-class Poor Women (Rio de Janeiro, 1896).

Daniela Magalhães da Silveira*

Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

Recebido em: 12 jan. 2021.

Aprovado em: 20 maio 2021.



* Professora do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Doutora e Mestre em História pela Universidade Estadual de Campina. (danielasilveira@hotmail.com)

Resumo

Este artigo analisa a construção de narrativas referentes às mortes de duas mulheres pobres e trabalhadoras, em jornais de grande circulação, nos primeiros meses de 1896, no Rio de Janeiro. Numa imprensa que se desenvolveu por meio de histórias ficcionais que pretendiam alcançar também o público leitor feminino, narrativas sobre mulheres reais ganhavam o corpo do jornal, com uma linguagem que se pretendia científica e também acessível e agradável aos consumidores. Pretende-se demonstrar a importância de alguns agentes sociais naquela jovem República, como a polícia, a medicina e os intelectuais, mas também o modo como mulheres pobres invadiram os espaços impressos e fizeram de suas experiências motes interessantes para alcançar leitores de diferentes classes, raças e gênero.

Palavras-chave: imprensa. Suicídio. Violência. Interseccionalidade.

Abstract

This paper studies the construction of narratives regarding the death of two working-class poor women according to what has been published in the main newspapers in Rio de Janeiro in the early months of 1896. In a context in which the development of the press was intertwined with the publication of fictional narratives aimed at the female readership interests, the stories of real women were published with a language intended to be, at once, scientific, accessible, and enjoyable. This analysis aims to demonstrate the role played by main social agents and institutions such as the police, the ideas around the development of medicine, and the intellectuals in the building of the young Brazilian Republic, at the same time observing how the poor women took the printed narratives over and became a topic, cutting edges across class, race, and gender, to enlarge the readership of the newspapers.

Keywords: Press, Suicide, Violence, Intersectionality.

Genoveva

O número da Gazeta de Notícias referente ao dia 10 de fevereiro de 1884, domingo, trazia uma organização já bastante conhecida de quem acompanhava o jornal. Distribuídas em seis páginas, estavam a “Crônica da semana”, sem assinatura e ocupando as duas primeiras colunas; pequenas notícias variadas sem título ou com títulos pouco chamativos; uma crônica da série “Notas à margem”, assinada pela letra V, de Valentim Magalhães; o conto “Noite de Almirante”, que ocupava as duas últimas colunas da primeira página e se prolongava até a segunda, assinado por Machado de Assis; uma das crônicas da série “Balas de estalo”, assinada por João Thesourinha e o folhetim “A brasileira”, por A. Mathey. Ainda vemos na folha os “Avisos”; as “Publicações a pedido”; as “Declarações” e os “Anúncios”. Seguindo proposta anunciada desde o prospecto, essa era uma folha com bastante espaço dedicado à literatura.¹ Justamente ali estava a Genoveva, personagem do conto “Noite de Almirante”. Cumprindo tarefa iniciada desde 18 de dezembro de 1881, Machado de Assis publicava, na Gazeta de Notícias, contos, sendo vários deles reunidos mais tarde em coletâneas.²

O conto trazia a história de uma mulher que havia prometido fidelidade ao namorado, mesmo quando ele foi obrigado a se afastar da cidade para cumprir suas funções de marinheiro. Com o retorno dele, no entanto, descobriu que a namoradina estava com outro homem. Genoveva era uma “caboclinha de vinte anos, esperta, olho negro e atrevido”, que conheceu o

¹ O primeiro número da Gazeta de Notícias foi publicado no dia 2 de agosto de 1875, juntamente com um “Prospecto”. Neste havia a indicação de que “além de um folhetim-romance, a Gazeta de Notícias todos os dias dará um folhetim de atualidade. Artes, literatura, teatros, modas, acontecimentos notáveis, de tudo a Gazeta de Notícias se propõem trazer ao corrente os seus leitores”. Essa promessa se cumpriu e, segundo Clara Asperti a “crônica semanal” foi um dos textos que nunca faltou na Gazeta de Notícias. Esse compromisso, assumido desde o seu lançamento, vem sendo estudado por diversos pesquisadores, que mostram também como várias outras folhas, além da própria Gazeta de Notícias, passaram a investir em inovações técnicas, como a publicação de telegramas da agência Reuter-Havas (agosto de 1877), o que conferia maior agilidade na transmissão das informações. Isso favorecia que vários jornais dessem a mesma notícia e que as novidades ocorridas em lugares diferentes do país fossem comentadas por mais de um cronista. A leitura comparada entre crônicas diferentes e publicadas no mesmo dia favorece a compreensão de uma imprensa polifônica, recheada de disputas e negociações, contrariando análises que afirmavam sobre certa homogeneidade entre as visões daqueles homens de letras. Sobre a Gazeta de Notícias e o espaço conferido à literatura, ver: ASPERTI, Clara. “A vida carioca nos jornais: Gazeta de Notícias e a defesa da crônica”. In: Contemporânea. N. 7, 2006.2. Pp. 45-55. MARTINS, Ana Luiza. “Imprensa em tempos de império”. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de. (orgs). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2018. BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa – Brasil – 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

² A participação de Machado de Assis na Gazeta de Notícias, por meio de contos, iniciou-se com a publicação de “Teoria do medalhão” que, mais tarde, passaria a compor a coletânea Papéis avulsos. SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fabrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

marinheiro Deolindo, quando morava com a “velha” Inácia, na Gamboa. Foram muitas as juras e promessas de amor. Não o suficiente para impedi-la de se envolver com o mascate José Diogo e mudar-se para a praia Formosa. Acompanhamos, ao longo da leitura do conto, o desembarque de Deolindo, com todas as suas expectativas de se encontrar com Genoveva. As despedidas dos outros marinheiros, que imaginavam como o colega teria uma noite maravilhosa. A chegada dele a Gamboa e a revelação de que Genoveva já não morava mais ali e que tinha outro namorado. As informações oferecidas ajudam a compor um cenário de incertezas sobre as reações do jovem rapaz. O que Deolindo seria capaz de fazer com Genoveva?

A folha do dia fornece material interessante para fundamentar a hipótese de que mulheres reais, com o mesmo perfil da personagem, deveriam ser consumidoras da Gazeta de Notícias. Genoveva foi caracterizada como uma jovem mulher livre, mas que poderia ter convivido intimamente com escravizadas. O literato não traz informações sobre em que medida ela mesma experienciou a escravidão. Somos informados apenas de que era boa bordadeira e que vivia de sua própria renda. Ora dividindo moradia com uma senhora, ora compartilhando a sua intimidade com vizinhas. Mulheres pobres ou com poucos recursos encontraram, na Gazeta de Notícias, de 10 de fevereiro de 1884, espaço para anunciar e buscar por novas oportunidades de trabalho, como também indicações de casas e quartos disponíveis para alugar. Nesse sentido, nos “Anúncios”, a casa de *Mme. Escoffan* procurava por “boas costureiras”, com ordenado de 35\$ a 40\$. Havia também um cômodo sendo alugado “a uma senhora capaz com quintal e água, por 16\$”, na Cidade Nova. Para completar, algumas máquinas de costura eram anunciadas, com destaque para a Máquina Singer.

As leitoras em busca de emprego e lugar para morar, que se aventuraram também na leitura da primeira página do jornal, devem ter se identificado com Genoveva e ficaram curiosas para saber como seria o encontro dela com o marujo “Deolindo Venta Grande”. Ao chegar à nova casa de Genoveva, Deolindo teve alguma esperança de poder reatar o namoro, mas logo percebeu a indisposição da moça e aventou a possibilidade de agredi-la: “Em falta de faca, bastavam-lhe as mãos para estrangular Genoveva, que era um pedacinho de gente, e durante os primeiros minutos não pensou em outra coisa”. A fragilidade física tornava-a vítima fácil de um homem transtornado. Com consciência disso, Genoveva o fez parar “só com a ação dos olhos”, depois explicou como ela havia sofrido com a ausência dele e tentado resistir às “propostas do mascate”. Acreditando que o rapaz também não teria sido fiel às juras de amor eterno, Genoveva o questionou se ele havia se lembrado dela por onde andava. A resposta de Deolindo foi entregar os presentes comprados, como prova de que pensara nela o tempo todo. A visita do ex-namorado estendeu-se e a noite chegava até serem interrompidos por uma mulher da vizinhança. Aquela presença, ao mesmo tempo em que protegia Genoveva de alguma atitude inesperada do homem, dissipou as últimas esperanças de Deolindo que se despediu, afirmando que se mataria. Essa promessa também não foi creditada por Genoveva que afirmava à vizinha: “Qual o quê! Não se mata, não. Deolindo é assim mesmo; diz as cousas, mas não faz. Você verá que não se mata. Coitado, são ciúmes. Mas os brincos são muito engraçados”.

De fato, o rapaz não se matou, mas também não teve coragem de assumir o que aconteceu, diante dos outros marujos que o aguardavam. Com esse modo de encerrar o conto, Machado de Assis mostrava como havia uma carga de expectativas sobre os homens, que definia os sentidos de masculinidade. Provavelmente muitas leitoras que se depararam com aquela narrativa sabiam que boa parte dos homens com quem dividiam suas vidas não reagiria como Deolindo. Muitas delas eram vítimas de agressões físicas, quando contrariavam ou substituíam seus namorados. Importante lembrar que, antes ainda da assinatura da lei Áurea, mulheres escravizadas foram vítimas de agressões sexuais não apenas de seus senhores, como também de seus parceiros da escravidão. Isso fazia com que algumas delas vissem a fuga para a casa senhorial como única possibilidade de escapar das ameaças daqueles que aparentemente ocupavam a mesma condição que elas. Para completar, a justiça pouco se importava com esses crimes.³ Essa situação continuava se reproduzindo com a conquista da liberdade e no pós-abolição.⁴

Desde os anos 1880, histórias de mulheres com o perfil semelhante ao de Genoveva passaram a compor as páginas de jornais variados, dos mais tradicionais até aqueles que apostavam em inovações técnicas e de escrita para atrair o público leitor. Diferente de Genoveva, no entanto, essas outras mulheres possuíam endereços e laços afetivos reais. Assim, mulheres pobres e trabalhadoras poderiam se divertir com as personagens criadas por Machado de Assis, como também acompanhar as notas e casos mais densamente investigados, referentes a acontecimentos que envolviam gente conhecida delas. Analisando os primeiros anos do século XX, Marialva Barbosa aponta como esses novos leitores estavam interessados em “ver a sua realidade” estampada nos jornais.⁵ Havia ali todo o esforço da imprensa diária oitocentista, no sentido de conjugar alguns princípios importantes, como a ampliação do público e a oportunidade de interferir nas vidas de mulheres que até pouco tempo enfrentavam as incertezas geradas pela escravidão.

Este artigo acompanha a investigação em torno de duas mortes de mulheres pobres e trabalhadoras ocorridas em fevereiro de 1896: Ambrozina Cananéa do Brazil e Luiza Argentina dos Reis. O argumento central desenvolvido defende que havia o esforço de colaboradores de jornais, médicos e policiais, no sentido de exaltar um modo de vida burguês para as mulheres

³ ALVES, Maíra Chinelatto. *Cativeiros em conflito: crimes e comunidades escravas em Campinas (1850-1888)*. Tese de doutorado em História: USP, 2015. P. 174.

⁴ Magali Gouveia Engel mostrou, a partir de pesquisa que compreendia a última década do século XIX até os anos 1930, como, entre as agressões por motivos passionais, o homem era maioria absoluta entre os agressores, sendo que o casamento não conferia segurança e estabilidade às mulheres. Segundo a autora: “os homens direcionavam suas agressões preferencialmente para as mulheres com as quais partilhavam (ou haviam partilhado) uma vida em comum”. Sendo assim, os ciúmes relacionados à infidelidade ou rivalidades amorosas são apontados como o principal móvel das agressões masculinas. ENGEL, Magali. “Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930)”. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1. Pp. 153-177. Sobre violência contra mulheres no mesmo período ver: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006. 2ª edição e SOIHET, Raquel. *Condição Feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana. 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

⁵ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil – 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. P. 241.

brancas e da elite ao mesmo tempo em que desqualificavam as organizações familiares e laços afetivos de pessoas empobrecidas e que traziam as marcas da escravidão. Por outro lado, as histórias contadas narravam experiências de vida que interessavam ao grande público e desnudavam vivências de lavadeiras e prostitutas, por exemplo, que deixaram o anonimato das ruas e ganharam as grandes manchetes e a letra de forma. Para além do modo de contar, capaz de conquistar leitores e leitoras, a vida daquelas mulheres não passava despercebida, porque encontrava no público de alguns jornais aprovação e confiança na importância da imprensa como divulgadora dos princípios da ciência e da sua capacidade de denunciar e jogar luz sobre quem também importava.

Para a análise das narrativas contadas nos jornais, a chave de leitura foi por meio do conceito de interseccionalidade. Partindo do exposto por Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, “em vez de ver as pessoas como massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo”.⁶ Vejamos, portanto, as histórias de Ambrozina, Luiza e de outras mulheres que rodearam as nossas duas protagonistas, tentando perceber como raça, classe e gênero informaram suas ações e a própria escrita jornalística.

Ambrozina Cananéa do Brazil

No dia 7 de fevereiro de 1896, o *Jornal do Comercio* informava brevemente sobre o suicídio de Ambrozina Cananéa do Brazil. A notícia aparecia na terceira página entre um caso de afogamento, sem conhecimento sobre a identidade da vítima, e outra notinha sobre o roubo de um relógio de mesa. Eram casos policiais que, se naquele jornal ganhavam um pequeno espaço, em outros periódicos se transformavam em investigação e se aproximavam dos afamados folhetins. O suicídio dessa mulher recebeu acompanhamento sistematizado em *O Paiz* e na *Gazeta de Notícias*, a partir daquele mesmo dia, e em *A Notícia*, a partir do dia 8 de fevereiro. Provocou o debate entre esses jornais, confrontando quem estaria mais apto a oferecer aos leitores a informação de maneira comprovada e correta. Afinal de contas, Ambrozina era uma “boa mulher”, vítima da situação, ou alguém de reputação duvidosa? Esse era o principal questionamento daqueles jornais.

A *Notícia* recorreu a vários adjetivos para se referir ao acontecimento, como “caso extraordinário”, “drama lúgubre” e uma história “cada vez mais interessante”. O *Paiz*, por sua vez, intitolou sua série de reportagens como “Drama intrincado – De mulher a mulher”, além de se referir à história também como “drama extraordinário” e um “suicídio em condições demasiado fora do comum”. A *Gazeta de Notícias* rendeu a Machado de Assis, em sua série de crônicas dominical “A Semana”, o papel de oferecer àquela história a linguagem literária.

⁶ COLLINS, Patricia Hill & BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021. P. 33.

Estratégias de escrita recorrentemente usadas em “romances de sensação” estavam presentes naquelas narrativas sob o manto da realidade. Em um e no outro caso, havia a intenção de vender exemplares e conquistar o público sempre tão escorregadio.⁷ Esse modo de enunciar que mesclava suspense, drama e um pouco de terror talvez tenha sido a principal marca dos livros largamente vendidos naquele final de século XIX e foi muito sabidamente apropriado pelos articulistas dos principais jornais da mesma época. Desse modo, a história de Ambrozina apresentava lances inesperados, resumos que possuíam o intuito de organizar a narrativa para o leitor mais desatento e até títulos com claro tom comercial.

A história da mulher que se suicidou no dia 6 de fevereiro de 1896 contava também com Matilde, D. Rosa Maria e Alexandre no centro das atenções, além do delegado e de uma porção de vizinhos. Gente pobre e trabalhadora que morava nas redondezas da rua da Providência, onde se localizava a casa de Ambrozina, no Rio de Janeiro. Ambrozina Cananéa do Brazil era uma viúva de 37 anos, natural do estado de São Paulo, mãe de um rapaz de 15 anos e de uma menina de 12 anos. Além dos dois filhos, ainda tinha uma mãe, sempre descrita como uma senhora idosa, que morava no quarto ao lado da casa de Ambrozina. Esta lavava roupas para fora, o filho era empregado no arsenal da marinha e a filha aprendiz de florista. Uma família de trabalhadores pobres e um cenário corriqueiro naquele Rio de Janeiro recém-saído da escravidão. As marcas da escravidão, aliás, encontravam-se na forma de descrever as características físicas daquela mulher: era “um tipo acaboclado, longos cabelos, grossos e negros, rosto anguloso e sobre o oval, cor macilenta, dentes altos e falhados”.⁸ Essa, portanto, era a mulher que havia recorrido ao suicídio, segundo descrições daqueles jornais. O que diferenciaria sua história de suicídio de tantas outras tão recorrentemente contadas naquelas mesmas páginas?

Nos anos anteriores ao suicídio de Ambrozina, os jornais diários estavam repletos de notícias de pessoas que tinham colocado fim à própria vida. De modo geral, as críticas ao suicida apareciam de forma dura e direta. Mulheres como Ambrozina, pobres e mães de família, eram as que recebiam o maior número de repreensões por causa da atitude tomada. Não escapavam dos julgamentos, mesmo depois de mortas, com seus corpos expostos em necrotérios, conforme podemos acompanhar por meio das histórias de outras mulheres. Antônia e Luiza, por exemplo, tiveram parte de suas histórias contadas entre os dias 8 e 15 de dezembro de 1890. Essas narrativas não se prolongaram por semanas a fio, mas ajudam a compreender um pouco mais sobre suicídios de mulheres de forma mais ampla. A notícia sobre o suposto suicídio de Antônia Maria da Conceição apareceu em *O Paiz* de modo mais detalhado e com título chamativo: “Desesperação”. Mãe de seis filhos, no período final de mais uma gestação e casada com um ex-

⁷ EL FAR, Alessandra. “Crítica social e ideias médicas nos excessos do desejo: uma análise dos ‘romances para homens’ de finais do século XIX e início do XX”. In: *Cadernos Pagu*. Janeiro a junho de 2007. P. 14.

⁸ *O Paiz*. 7 de fevereiro de 1896.

cabo policial, essa mulher passava por frequentes maus tratos, sofrendo “paciente e resignadamente”.⁹ Até que um dia não aguentou mais:

Antônia, à vista da ameaça do marido, e sem lembrar-se que tinha filhos pequenos, aos quais eram necessários os seus carinhos, esquecendo-se mesmo de que ia dar a morte ao filho que trazia em suas entranhas, lembrou-se do suicídio, e, pouco depois do marido deixar a casa, e enquanto seus filhos brincavam descuidosos e alegremente, ignorando o futuro que a orfandade podia dar-lhes, sem terem consciência da perda irreparável que iam sofrer pela morte daquela que os acariciava, munuiu-se de uma corda, cuja ponta amarrou ao galho de uma árvore. Na outra extremidade a infeliz fez o laço fatal, e, sentando-se no chão enforcou-se, ficando com o corpo pendido para a frente.

Na primeira notícia publicada em *O Paiz*, esse caso foi dado como suicídio, conforme acabamos de ler, mas, no dia seguinte, apareceu a suspeita de que se tratava de um homicídio praticado pelo marido. Interessante observar, no entanto, como o redator abre mão de refletir sobre esse homem e a violência por ele praticada e passa várias linhas, mostrando como aquela mãe não havia se lembrado do sofrimento que submeteria aos filhos dela. No final das contas, a principal vítima parecia ser o feto que ela carregava no ventre. A escrita da notícia, aliás, deixava para as últimas linhas o exame do corpo da mulher realizado no necrotério:

No necrotério o Dr. Luiz Quadros procedeu ao exame médico-legal, verificando ter sido a morte devido à asfixia por suspensão.

O cadáver apresentava no rosto e braço pequenas contusões e uma fratura na região cervical e estava em adiantado estado de putrefação.

Na mesa do necrotério, apareceu o corpo da criança, que devia ter 8 meses, e que estava preso pelo cordão umbilical.¹⁰

De vítima de agressões cometidas pelo marido, Antônia é transformada, quando tem seu corpo analisado, em responsável pela morte de uma “criança” que ainda não havia nem mesmo nascido. Nenhuma palavra de consolo e compreensão foi dedicada a ela. A ciência médica acabava sendo acessada para comprovar a argumentação do redator da notícia, que abusava de palavras encontradas em laudos periciais, mas que eram usadas ali com o intuito, provavelmente, de aterrorizar.¹¹ Antônia era o exemplo de mãe e mulher que não deveria ser seguido, pois se esquecera de seu papel de cuidadora do lar e de outras vidas que pareciam depender apenas e exclusivamente dela.

Sobre Luiza Maria da Conceição, não sabemos se deixou filhos ou alguém que dela precisasse. Somos informados apenas das frequentes discussões que tinha com o “amante”.

⁹ *O Paiz*. 8 de dezembro de 1890.

¹⁰ *Idem*.

¹¹ O trabalho realizado por médicos-legistas no necrotério do Rio de Janeiro causava curiosidade na população e, ao longo do tempo, passou a ganhar destaque também nos jornais. Assim, histórias de mortes violentas, em especial, quando contadas nos periódicos de grande circulação, reservavam um grande espaço para as descrições pormenorizadas de como a pessoa havia morrido e o estado do corpo encontrado pela polícia. Ver: SILVEIRA, Daniela Magalhães da. “De ‘desenvoltura excepcional’ a corpos expostos no necrotério: raça e gênero em assassinatos de mulheres no pós-abolição”. In: *17º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – Anais Eletrônicos*. UNIRIO, 23 a 27 de novembro de 2020.

Assim, podemos acompanhar as histórias de duas mulheres levadas a um ato extremo, porque já não suportavam mais a vida ao lado de um homem violento. A elas caberia um julgamento final, sendo condenadas porque não pensaram em suas famílias, comportando-se como simples egoístas. A condenação de Luiza Maria da Conceição deu-se a partir do tratamento oferecido ao corpo dela. A autópsia não foi realizada no necrotério, mas na própria casa, onde sobraram restos do cadáver, sendo “impossível aos pobres moradores da vizinhança suportar o mau cheiro que de lá se exalava”.¹²

Dessa forma, sem fugir à regra reinante naquelas folhas, Ambrozina também foi condenada por causa de seu suicídio. Segundo *A Notícia*, Ambrozina “de cujo trabalho viviam sua velha mãe e dois filhos, não hesitou um momento em eliminar-se deste mundo, deixando os seus ao desamparo”.¹³ *O Paiz*, do mesmo modo, repreendia a suicida: “Tendo mãe valetudinária e dois filhos mal entrados na adolescência, essa mulher esquece-os todos”.¹⁴ O que se cobrava dessas mulheres suicidas era a responsabilidade, tanto afetiva como financeira, delas com relação às famílias. Não se condenava o suicídio em si, mas mulheres que tinham supostamente se esquecido de sua missão de cuidadoras de outras pessoas. O último castigo parecia ser realizado por meio de médicos e os procedimentos instaurados no necrotério. Talvez por isso, uma amiga de Ambrozina tenha tentado a todo custo impedir que o corpo fosse levado para lá, justificando que gostaria de “fazer um enterro decente”.¹⁵ Nesse sentido, a história de Ambrozina parecia ser apenas mais uma entre tantas narrativas de mulheres que foram condenadas pela imprensa, por meio de argumentos afetivos e que logo seriam transformados em científicos.¹⁶

Então, a diferença fundamental entre o suicídio de Ambrozina e o de outras mulheres com histórias contadas naquelas mesmas páginas diz respeito à motivação. Segundo *O Paiz*, o jornal precisava acompanhar tudo, porque se tratava de:

um caso interessantíssimo: o de uma mulher que se suicidara por amor de outra mulher, e mais a revelação de um crime repugnante, qual o de uma senhora que pretende casar a filha com o próprio amante, e se enfurece contra a resistência da jovem, e contra os conselhos da sua amiga e confidente.¹⁷

Vejamos, portanto, como o “caso interessantíssimo” foi explorado, considerando as outras pessoas nele envolvidas. Matilde da Silva Terra, a amiga de Ambrozina apontada como motivadora do suicídio, havia nascido em Portugal e contava apenas 16 anos de idade. Os elogios

¹² *O Paiz*. 13 de dezembro de 1890.

¹³ *A Notícia*. 8 de fevereiro de 1896.

¹⁴ *O Paiz*. 7 de fevereiro de 1896.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ FREIRE, Maria Martha de Luna. “Ser mãe é uma ciência’: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920”. In: *História, ciência, saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, V. 15, Supl., junho de 2008. P. 153-171.

¹⁷ *O Paiz*. 13 de fevereiro de 1896.

sobre a beleza dela revelavam a sua descendência, quando frisavam a cor de sua pele. Matilde aparece descrita como “bastante morena, de um moreno mate, de olhos negros, profundos, expressivos orlados por um círculo arroxeadado; exprime-se com facilidade, denotando educação acima da sua condição social”.¹⁸ Com relação a essa suposta cor “morena”, *O Paiz* tende a concordar, afirmando que a menina era “formosa, morena”¹⁹ e ainda “uma vistosa morena. Tem o ar gracioso, e denota alguma perturbação”.²⁰ Ao mesmo tempo em que a informação relativa à cor da menina indica sua possível descendência, deixa vazar também a tentativa de esconder o passado escravista brasileiro. A despeito de todas as cores que podem se esconder por detrás da expressão “morena”, um dos redatores indicava que a menina era de um “moreno mate”. Essa forma de defini-la talvez ainda estivesse marcada por toda a carga que a revelação de sua cor pudesse conter. Aquele país recém-saído da escravidão esforçava-se no sentido de apagar esse passado. Nada mais efetivo do que procurar metáforas para as cores de seus cidadãos, mesmo que fosse de uma menina nascida em Portugal. Por sua vez, é preciso ressaltar também como os dois jornais colocavam na mesma frase a condição racial associada à social. Assim, Matilde possuía também uma educação pouco comum em meninas da sua classe. Diferenciava-se, por exemplo, da mãe dela, D. Rosa Maria de Barros, que era “uma senhora de 50 anos presumíveis” e ainda “simpática, de instrução medíocre, de fisionomia franca e atraente”.²¹ Ou ainda, uma mulher que mostrava “ter sido formosa. É inteligente mas pouco instruída. Vestia de preto, tinha o cabelo mal amanhado e os dentes sem asseio”.²²

Também sobre Matilde, vale a pena observar como os jornais a colocam no papel de uma jovem indefesa, que ainda precisava de cuidados maternos. Era alguém que facilmente poderia ser identificada com uma doença mental ou “alguma perturbação” que justificaria a relação dela com a outra mulher.²³ Matilde também era herdeira de uma pensão deixada pelo pai falecido. Desse modo, o interesse do jornal se desloca da história de suicídio de Ambrozina para a suposta trama forjada entre D. Rosa Maria e Alexandre, no sentido de ficarem com o dinheiro da menina. Os depoimentos tomados pela polícia e transcritos nos jornais pretendiam revelar o caráter da mãe de Matilde. Mais uma vez, então, uma mãe passa a ser julgada por aquela imprensa, pelos vizinhos e polícia. Abrem-se aqui duas possibilidades para o desdobramento da trama: Matilde era vítima da mãe que mantinha um relacionamento de concubinato com Alexandre, com quem tramava tomar o dinheiro da própria filha. Ou Matilde havia sido seduzida por uma vizinha

¹⁸ *A Notícia*. 8 de fevereiro de 1896.

¹⁹ *O Paiz*. 8 de fevereiro de 1896.

²⁰ *O Paiz*. 9 de fevereiro de 1896.

²¹ *A Notícia*. 8 de fevereiro de 1896.

²² *O Paiz*. 9 de fevereiro de 1896.

²³ Sobre como mulheres tiveram suas liberdades cerceadas, por meio do argumento de que sofriam de alguma doença mental, conferir: ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004 e PEREIRA, Maria Clementina. “De historiadoras, brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relações de gênero no Brasil (século XIX e início do XX)”. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, V. 3, N. 5, 1998.

ardilosa que acabou sendo levada ao suicídio, quando percebeu que o romance entre as duas havia sido impedido por D. Rosa Maria.

A Notícia tratou de enviar alguém para conversar com D. Rosa Maria, posicionando-se assim de modo favorável à versão dessa mulher, que havia abordado “o assunto com a máxima franqueza e lealdade diante de sua filha e do suposto amante”.²⁴ D. Rosa relata como havia sido a aproximação entre Matilde e Ambrozina, como as visitas da amiga ocorriam sempre sob supervisão dela e que havia sido uma troca de cartas entre elas que despertou o seu “espírito materno” para o perigo que poderia representar aquela amizade entre as duas mulheres. A mãe procura a todo tempo reafirmar como cumpria a contento seu papel de vigilante da filha. Segundo palavras dela transcritas na referida folha: “Travou-se, portanto, a luta. De um lado, ela procurava, por todos os meios, subtrair sua filha à ação perniciosa e fatal de Ambrozina; de outro lado, esta e Matilde procuravam iludir a sua vigilância”.²⁵

Dessa mesma conversa, participou Matilde que narrou ao enviado de A Notícia como Ambrozina era uma “mulher de gênio esquisito e arrebatado”, além de frequentadora de “sessões espíritas”, as quais a deixavam com “expressões e modos inexplicáveis”. Essas sessões, aliás, foram apontadas pela menina como motivadoras do suicídio da outra mulher. Finalmente, revelava que D. Rosa Maria era uma mãe “boa e carinhosa” e que não usava de violência contra ela, com exceção de quando descobriu a correspondência entre as amigas, o que a fez maltratar com “pancadas” e “proibindo-a, terminantemente de continuar nessa permuta de cartas”. Não é possível saber o quanto de fantasia o redator de A Notícia inseriu na forma de recontar aquilo que ouvira das duas mulheres. O que se torna notável, no entanto, é a construção de uma mãe cuidadosa por meio da figura de D. Rosa Maria. Se isso foi obra da própria mulher ou do redator do jornal talvez jamais saberemos. Por sua vez, abria-se aqui um conflito diante do posicionamento de O Paiz, que, segundo A Notícia, oferecera à Ambrozina o papel de “mártir” da história. Ambos os jornais, no entanto, aproveitavam-se daqueles lances para dar continuidade à narrativa e se colocavam como protetores da jovem Matilde e de um papel específico para as mães de família. Um dever maternal formador do caráter feminino que, naquela situação, parecia valer indistintamente para mulheres de quaisquer origens raciais e sociais. Essa era a situação em que a condição de mulher se sobrepunha a todas as outras, para os redatores dos jornais que exploravam a notícia.

Nesse sentido, O Paiz serviu-se dos depoimentos dos vizinhos de Ambrozina e Matilde no inquérito policial. A estratégia desse jornal, desde o princípio, colocava Ambrozina e Matilde como vítimas de um casal ardiloso, formado por D. Rosa Maria e Alexandre. O sofrimento de Ambrozina começa a ser narrado, por meio da descrição da casa em que morava com os filhos e a mãe, e encontra seu ponto alto nos efeitos provocados em seu corpo pela ingestão do veneno que levou à morte dela. O exagero de detalhes na narrativa demonstra como aquele redator estava interessado em causar comoção, e para isso não hesitou em recorrer a termos médicos.

²⁴ A Notícia. 8 de fevereiro de 1896.

²⁵ *Idem*.

Primeiro havia a informação de que ao lado do corpo estava um vidrinho: “Era o vidro em que ela sempre tinha oxalato de potassa (sal de azedas) para tirar manchas de roupa; esse vidro cheirava, porém, a ácido fênico”.²⁶ Foi o médico legista quem retirou todas as dúvidas. Dr. Sebastião Cortes “verificou o óbito como determinado pela ingestão do oxalato misturado com ácido fênico”. Cabia a ele a decisão sobre a causa da morte e ao redator o poder de transformar tudo aquilo num episódio terrível: “Um tóxico horroroso. Morta em 5 minutos; determinando primeiramente dores de estômago e vômitos, depois tornando lenta a circulação, o pulso imperceptível, e produzindo frio glacial e suores viscosos, até expirar sem um gemido”. Finalmente, restou também ao médico encontrar junto à mulher a carta explicativa daquele suicídio. Ambrozina queria acabar com o sofrimento de Matilde, mesmo que para isso deixasse os seus parentes desamparados.

As dúvidas que escapavam à percepção da medicina passaram a ser investigadas por meio dos depoimentos da vizinhança. O jornal acabava agindo como impulsionador da investigação policial. O Paiz pretendia mostrar como Matilde sofria com os castigos empregados pela mãe que usava até mesmo uma corda para espanca-la. Era consenso entre os vizinhos os maus tratos sofridos por Matilde, assim como a pretensão de Alexandre em se casar com ela, mesmo sendo amante de D. Rosa Maria.²⁷ Com as descrições de depoimentos e das cartas trocadas entre as duas mulheres, O Paiz cumpria seu objetivo de estender a história e prender a curiosidade de seu público que deveria acompanhar o caso curioso para saber de seu desfecho. Fazia isso ao mesmo tempo em que afirmava que sua missão era a de tornar pública aquela história e incitar a ação policial.²⁸ Quando cobrava ação policial, acabava também julgando e condenando pessoas. D. Rosa Maria foi assim considerada a grande culpada daquele caso:

Para nós, o inquérito está findo; e dele não só resultou a prova de que O Paiz foi verdadeiro; de que D. Rosa fez mau emprego da sua autoridade materna, como também que esta senhora compromete e vicia o caráter de sua filha, ensaiando-a na mentira audaz, e coagindo-a a ir de encontro à verdade com a violência da onda contra a rocha.
São perigosíssimos os efeitos de uma tal educação.
Em boa moral e em boa justiça, aquela convivência não pode continuar.²⁹

Ambrozina foi condenada pela imprensa por ter se suicidado, sem pensar em suas obrigações maternas. D. Rosa Maria também não foi considerada boa mãe, pois não sabia usar a autoridade materna. Assim, essas mulheres passaram pelo julgamento policial, de médicos e dos redatores daqueles jornais. Todas foram acusadas de falta de amor. Quando houve amor também foram questionadas. O sentimento de Ambrozina por Matilde, demonstrado por meio das cartas trocadas entre elas, foi definido como doentio.³⁰

²⁶ *O Paiz*. 7 de fevereiro de 1896.

²⁷ *O Paiz*. 11 de fevereiro de 1896.

²⁸ *O Paiz*. 14 de fevereiro de 1896.

²⁹ *O Paiz*. 13 de fevereiro de 1896.

³⁰ *O Paiz*. 8 e fevereiro de 1896.

Os jornais não revelavam de forma direta as cores das pessoas envolvidas nessa história, mas deixaram brechas para a hipótese de que tanto Ambrozina, quanto Matilde tinham traços semelhantes àqueles da personagem do conto de Machado de Assis, a “caboclinha Genoveva”. É possível acompanhar, nessas notícias, como a vida de mulheres pobres e, provavelmente, descendentes de escravizadas passa a ser marcada por interesses ditos científicos. O suicídio de pessoas das mais variadas classes e gênero e as descrições de corpos analisados no necrotério estavam em muitos títulos daquela imprensa. Mas quando se tratava de uma pobre mãe de família a preocupação voltava-se para os cuidados com o lar e o desamparo que suas crianças passariam a enfrentar a partir daquele momento.

A maternidade no pós-abolição, sob o auxílio da ciência, reformulou questões apresentadas desde pelo menos os anos 1870. A lei de 28 de setembro de 1871 não apenas prometeu “liberdade” às crianças nascidas a partir daquela data, como também conservou os interesses senhoriais relacionados às mulheres escravizadas e sobre a força de trabalho dos filhos ingênuos delas.³¹ A abordagem de uma história que acompanhava o processo de suicídio e de disputa financeira entre mulheres revela que a investigação policial, traduzida pela imprensa, valorizava questões em torno das obrigações maternas. Às mulheres pobres cabia o preparo dos futuros trabalhadores. Por isso o suicídio era questionado. Assim, aos poucos, por mais que esse detalhe pudesse render boas páginas, a história de amor entre as duas mulheres é esquecida. A ciência, por meio dos exames realizados por médicos legistas no necrotério, do vocabulário cedido aos jornalistas e da concessão feita pela polícia, no momento em que abria mão da investigação e da coleta de depoimentos e confiava inteiramente na medicina, ganha o centro da narrativa, oferecendo apoio para a cobrança de uma suposta maternidade inerente ao feminino.

Luiza Argentina dos Reis

Concomitante à publicação sobre o caso de suicídio de Ambrozina, as primeiras páginas dos jornais eram ocupadas com outra morte, ocorrida no dia 5 de fevereiro. O Paiz intitulava o caso como “Degolada” e procurava, logo de início, identificar a vítima: “Luiza Argentina dos Reis, filha de modesto operário, de cor escura e uma mulher histórica, igualmente mestiça”.³² Nesse caso, não havia tentativa de esconder a cor da mulher por detrás de metáforas, conforme vimos acontecer com Matilde. Além disso, o jornal ainda completava:

³¹ Sobre a importância da Lei do Ventre Livre para os sentidos da maternidade de mulheres escravizadas diante da justiça, ver COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. TELLES, Lorena Féres da Silva. *Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)*. Tese de Doutorado em História, USP, 2018; PINHEIRO, Luciana de Araújo. *A civilização do Brasil através da infância: propostas e ações voltadas à criança pobre nos anos finais do Império (1879-1889)*. Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2003.

³² *O Paiz*. 7 de fevereiro de 1896.

Essa criatura desenvolveu-se em idade e tomou desenvoltura excepcional. Pouco respeitadora dos seus, fazia sempre e só o que os nervos lhe aconselhavam; e, quando vontade estranha se opunha à própria vontade, a histeria hereditária rompia em ataques consecutivos.

Teimosa e pirracenta, nunca deu prazer a seus pais; e um dia, quando eles pensavam que ela ia contrair umas relações naturais, voltando-se para um homem de quem gostava ou fingia gostar, Luiza abandonava o lar para se despenhar na prostituição.³³

A Gazeta de Notícias, daquele mesmo dia, também cuidava da apresentação da moça, fazendo isso de forma muito mais sucinta: “Chamava-se a vítima Luiza Argentina Reis, de 22 anos de idade, de cor parda”.³⁴ A investigação sobre o assassinato de Luiza perdurou ao longo de todo o mês de fevereiro, com transcrições comentadas de depoimentos e suspense sobre quem havia cometido o crime. Os principais suspeitos eram o atual namorado dela, o português de 19 anos de idade, desempregado, chamado José Maria Dias. O outro suspeito havia sido seu ex-namorado, chamava-se Eduardo dos Santos Salgueiro, também contava 19 anos e era conferente de 3ª classe da estrada de ferro Central do Brasil. O terceiro era o Pedro Nunes da Costa, que contava 26 anos e era guarda noturno da freguesia do Sacramento. Não havia informações sobre a cor dos dois primeiros e sobre Pedro só aparece alguma coisa, quando o mesmo se revela o verdadeiro culpado. A partir desse momento, são oferecidas várias características a ele:

Pedro Gomes da Costa é um rapaz moreno; cabelo negro e corrido a escovinha, com um topete na frente; olhos garços; o lado esquerdo do pescoço com um cordão de cicatrizes escrafulosas. Veste a farda de guarda noturno, mas uma farda estrompada, suja, das que se notam só em soldado relaxado.

É insinuante; fala com presteza, ainda que sem correção. No olhar é tão firme e cuidadoso que parece ter forte preocupação em não se trair.³⁵

Além de Luiza e Pedro, essa caracterização, com indicativo de cor, apareceu, quando se tratou de Manoel Nicolau de Oliveira, que foi quem denunciou Pedro. Manoel era “um rapaz de cor parda clara, cabeça comprida, olhos piscos, feições de cretino; fala mal e gagueja um pouco. Veste paletó de brim pardo, calça preta e colete de cor havana”.³⁶ No mais, a cor só foi uma informação importante, quando caracterizaram a mulher que acompanhava Eduardo Salgueiro. Ela foi várias vezes identificada ora como “parda”, ora como a “pardinha”, tratava-se da “Presciliana, moradora em Caçapava, meretriz ali muito conhecida”.³⁷ Segundo a pesquisa de

³³ *O Paiz*. 7 de fevereiro de 1896.

³⁴ “Assassinato”. *Gazeta de Notícias*. 7 de fevereiro de 1896.

³⁵ “Degolada”. *O Paiz*. 22 de fevereiro de 1896.

³⁶ *Idem*.

³⁷ “Luiza Argentina”. *O Paiz*. 12 de fevereiro de 1896.

Ana Vasconcelos Ottoni, nas notícias sobre furtos domésticos, quando havia menção à cor isso ocorria duas ou mais vezes, enquanto ao se tratar de estrangeiros a origem aparecia apenas uma vez. Isso talvez seja indício da criação de suspeição sobre pessoas descendentes de ex-escravizados.³⁸ É possível observar como policiais e redatores, no caso de Luiza, fazem questão de se referir às duas mulheres como pardas e apenas indicam a cor do assassino, depois que a culpa dele vem à tona.

Ainda sobre a caracterização de Luiza, além da cor, outra informação a destacava do restante das pessoas envolvidas com o processo: Luiza foi qualificada como histérica. Mas qual a origem dessa constatação? Segundo Fabíola Rohden, a medicina da virada do século XIX para o XX oferecia tratamentos diferenciados para homens e mulheres relativos à sexualidade e à reprodução.³⁹ A vida masculina não era problematizada tendo como base a sua capacidade reprodutiva. Cabia ao homem prover o sustento da casa e da família. Com relação às mulheres, a República traz uma novidade: além da reprodução, responsabilizavam-se pela criação e os cuidados com a família. São as mães, aliás, as acusadas da transmissão de algumas doenças, como a histeria de Luiza. A histeria era, assim, a mais frequente das moléstias femininas, de modo que o desejo sexual era visto como a característica principal, sendo que, no final do século XIX, “os médicos passam a se preocupar com os prejuízos sofridos pela sociedade, pela família e por pais e maridos em virtude dos ataques histéricos das mulheres”.⁴⁰ Dessa forma, ao indicar, desde o princípio, que Luiza era histérica, o redator da notícia procurava explicar todas as ações dela, desde a escolha pela prostituição, o abandono do lar e, talvez, o próprio fato dela ter sido assassinada.

O Paiz e a Gazeta de Notícias acompanharam, por quase um mês, a história do degolamento de uma mulher pobre, prostituta, parda e histérica. Mais uma vez, conforme aponta Marialva Barbosa, a veiculação de histórias como aquela garantiria que uma parcela significativa do público leitor, talvez gente conhecida de Luiza e Pedro, por exemplo, participasse, mesmo que de forma indireta, de polêmicas e até mesmo do desvendamento de um assassinato.⁴¹ Assim aqueles leitores e leitoras dos jornais de princípios de 1896 estavam diante das histórias de duas mulheres em colunas diferentes, sendo levadas a refletir sobre família, maternidade e amor. Luiza era jovem, não tinha filhos, mas contava com a proteção de outras mulheres, da mesma forma que Genoveva, a personagem do conto que Machado de Assis escrevera ainda na década de 1880. Vejamos, portanto, mais alguns detalhes da história de Luiza.

Conforme viemos acompanhando, Luiza, desde o começo, é apresentada como prostituta. Para o redator de O Paiz, tornou-se prostituta por causa da histeria herdada da mãe. No entanto,

³⁸ OTONNI, Ana Vasconcelos. *O paraíso dos ladrões: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920)*. Tese de Doutorado em História, UFF, 2012. P. 111.

³⁹ ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

⁴⁰ *Idem*. P. 155.

⁴¹ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa – Brasil – 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. P. 240.

outras explicações aparecem ao longo da investigação proposta pelos jornais. Com relação aos depoimentos prestados pelas testemunhas, é possível perceber um número muito maior de depoentes do sexo masculino. Dentre as mulheres depoentes, Antônia Guilhermina da Silva, que já havia alugado um cômodo à Luiza, revelou que, em conversa com a vítima, a mesma havia contado a ela que “voltava para a prostituição porque era muito maltratada pelo homem com quem vivia, tendo mostrado a ela depoente as sevícias que apresentava no corpo”.⁴² Completava que Luiza recebia muitas visitas e que “uma noite um soldado de polícia pretendeu meter-lhe o chicote, o que não levou a efeito por se acharem presentes outras mulheres”.⁴³

Sobre a mesma temática, Manoel Nicolau de Oliveira (aquele que revelou quem havia matado Luiza), colega de Pedro como guarda noturno da freguesia de Sacramento, afirmou que “Luiza Argentina dos Reis havia sido amásia única de Pedro, a quem deixara ultimamente para viver da prostituição, sendo que este era continuamente auxiliado por Luiza, que lhe fornecia dinheiro para suas necessidades”.⁴⁴ A história contada pelo *O Paiz* sobre o assassinato de Luiza já foi analisada por Cristiana Schettini, que tomou como viés a questão da diversão.⁴⁵ A pesquisadora mostra assim como, na noite do crime, quase todas as testemunhas foram ao teatro, e que, em seus arredores havia uma grande concentração de botequins por elas frequentados. Destaca ainda as relações de proteção de Luiza e como mulheres corriam sempre o risco de morte. Além das observações de Schettini, a leitura pausada do jornal ajuda a pensar sobre as diferentes explicações para a entrada de Luiza na prostituição. Assim, enquanto o articulista de *O Paiz* creditava aquilo à histeria herdada da mãe da moça, as companheiras dela mostravam como a violência sofrida em seus namoros, na verdade, havia sido fundamental. Dessa forma, se autoridades republicanas e imprensa divulgavam que a segurança da vida das mulheres encontrava-se em suas famílias e namoros estáveis, aquelas notícias deixavam vazar como não havia qualquer garantia para elas.

O assassinato de Luiza foi dado pelos jornais como possível exemplo às leitoras. Pouco sabemos sobre o acesso de mulheres aos impressos de grande circulação. *O Paiz* e a *Gazeta de Notícias* gostavam de reafirmar o seu amplo alcance. Além disso, usaram de várias estratégias com o intuito de conquistar e cativar esse público, como a inserção de enquetes, concursos e colunas específicas para as mulheres.⁴⁶ O detalhamento das condições do crime e o tratamento oferecido ao corpo de Luiza no necrotério podem servir de ponte para entender melhor sobre as prováveis intenções dos jornais com as suas descrições pormenorizadas. Desse modo, a estratégia seguida a partir de agora será a de acompanhar o trabalho realizado pela polícia e

⁴² “Degolada”. *O Paiz*. 12 de fevereiro de 1896 e “Luiza Argentina”. *Gazeta de Notícias*. 12 de fevereiro de 1896.

⁴³ *Idem*.

⁴⁴ “Degolada”. *O Paiz*. 21 de fevereiro de 1896 e “Luiza Argentina”. *Gazeta de Notícias*. 21 de fevereiro de 1896.

⁴⁵ SCHETTINI, Cristiana. “Os caminhos da diversão”. In: *Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Tese de Doutorado em História, Unicamp, 2002.

⁴⁶ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*. Op. Cit. P. 208.

pelos médicos, conforme foi disponibilizado aos leitores e leitoras contemporâneos. Assim teremos condições de saber um pouco mais sobre esse possível público leitor feminino.

As notícias publicadas nos jornais são organizadas de acordo com o movimento da delegacia. Por isso, os dois jornais que acompanharam o caso acabaram produzindo um material praticamente idêntico, devido à transcrição dos depoimentos. No entanto, entre esses depoimentos, os responsáveis pela redação das notícias deixavam escapar opiniões, questionamentos sobre o trabalho realizado para o desvendamento do crime e condenações à moral dos envolvidos. No primeiro dia em que o caso da prostituta degolada é noticiado, o título dado pela Gazeta de Notícias à história foi o de “Assassinato”, sendo que se localizava na segunda página, dividindo espaço com informações sobre outros crimes. Naquele primeiro momento, talvez não parecesse ao jornal que ali estava um caso que renderia tanta repercussão. Além disso, os agentes da polícia ainda não haviam chegado ao local do crime, mostrando o quanto a imprensa dependia da investigação realizada pelas autoridades oficiais. Isso, no entanto, não isentou a folha de levantar suspeitos e cobrar agilidade e métodos a essa mesma polícia. Assim, logo o caso de Luiza passaria não apenas para a primeira página da Gazeta de Notícias, como também receberia o nome da moça como título.⁴⁷ Essa talvez tenha sido uma estratégia para buscar leitoras como aquelas que, havia algum tempo, se interessavam por histórias contadas por Machado de Assis e que possuíam uma jovem “caboclinha” como protagonista.

O Paiz desde o primeiro dia apostou alto no caso. A primeira página do jornal, do dia 7 de fevereiro de 1896, sexta-feira, continha os “Telegrammas” em suas primeiras colunas, e as notícias de crimes ocupavam o centro, sendo que primeiro os leitores e leitoras encontraram o “Drama intrincado – De mulher a mulher” e, em seguida, o “Degolada”, ambos os títulos com letras grandes e em destaque. Além desses dois casos, ainda sobressaía, com o título de “A machado”, o assassinato do italiano Giovanni Mosca. Cabe observar como todos esses títulos indicam o investimento da folha em histórias de crime ou de sensação. Segundo Elizabeth Cancelli,

o dia-a-dia da criminalidade (...) ficava muito além dos espetáculos produzidos apenas pelos crimes de paixão, mas constituía igualmente um assunto palpitante e apelativo nos jornais a razão de ser do aparato repressivo e vigilante. Longe de retratar a banalidade do mal, esses espetáculos eram o retrato do prestígio do mal: o fascínio pelo proibido, pelo ilícito.⁴⁸

Histórias de violência pareciam interessar também, na medida em que levavam uma dose de suspense e de investigação. Os jornais ganhavam o papel de fazer cobranças à polícia, mesmo quando se beneficiavam de informações retiradas daquelas salas destinadas aos depoimentos.

⁴⁷ A partir do dia 11 de fevereiro, a Gazeta de Notícias passa a intitular o caso simplesmente como “Luiza Argentina”.

⁴⁸ CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei – 1889-1930*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001. P. 54.

Com relação ao caso de Ambrozina, a dúvida plantada nos leitores girava em torno da motivação do suicídio e do papel materno exercido por duas mulheres. Sobre o caso de Luiza todas as atenções centravam-se em desvendar o culpado pelo degolamento. Desse modo, o principal suspeito indicado pelos próprios jornais era Eduardo Salgueiro. No dia seguinte à coleta dos primeiros depoimentos, O Paiz já determinava: “Esta coincidência da partida de Salgueiro, justamente na madrugada em que Luiza foi encontrada morta, autoriza a fortes presunções sobre a sua responsabilidade no crime”.⁴⁹ Essa mesma linha de raciocínio continuou sendo seguida, no dia 11 de fevereiro, sendo que o jornal parecia ainda mais incisivo e tentava, de algum modo, “ensinar” como a investigação deveria ser feita, cobrando que acareações fossem realizadas e finalizava: “É necessário, pois, que os Srs. Médicos legistas da polícia precisem sempre a hora da morte, porque o professor Bronardel, um mestre respeitado de medicina legal, entende ser isso uma coisa imprescindível”.⁵⁰

A história, no entanto, ganharia uma reviravolta, deixando Pedro Nunes da Costa no centro das atenções.⁵¹ O modo de contar a história no jornal era organizado, por meio das transcrições dos depoimentos, com análises do redator ora no início da notícia, ora em sua conclusão. Apareciam então questionamentos ao trabalho realizado pela polícia, mas também houve elogios, porque, segundo acreditavam, não se tratava de um caso fácil. O certo é que, quando Pedro ganhou o status de principal suspeito, existiu toda uma tentativa de mostrar o quanto o rapaz, desde o princípio parecia capaz de cometer o crime, enquanto, na verdade, a imprensa, de modo geral, havia seguido outra linha de investigação. O Paiz então parece “esquecer-se” de que havia se enveredado por outro caminho, quando acreditou ser Eduardo Salgueiro o criminoso e passou a reafirmar: “Já dissemos ontem que Pedro tanto mais parece criminoso quanto é visível o esforço que faz para não se trair; há grande preocupação mental que o artifício aliás cuidadoso não consegue dissimular”.⁵² E finalmente concluía: “Estão realizadas as nossas previsões. Pedro Gomes da Costa é o assassino confesso de Luiza Argentina dos Reis”.⁵³

Pedro então se transforma num homem “muito ágil, sagaz e astuto”, além de “cínico, bem desenvolvido de penetração viciosa”.⁵⁴ Diante da investigação desse caso, O Paiz investe na narrativa e em opiniões que vão muito além da mera descrição de depoimentos. Embora essa fosse uma história acompanhada de perto pela redação de dois jornais, apenas um deles busca para si esse papel de agente investigativo, elegendo culpados e inocentes, cobrando ação da polícia e também a elogiando. A Gazeta de Notícias, por mais que algumas vezes também tenha

⁴⁹ O Paiz. 8 de fevereiro de 1896.

⁵⁰ O Paiz. 11 de fevereiro de 1896.

⁵¹ O Paiz. 21 de fevereiro de 1896.

⁵² O Paiz. 23 de fevereiro de 1896.

⁵³ O Paiz. 24 de fevereiro de 1896.

⁵⁴ O Paiz. 27 de fevereiro de 1896.

se colocado de forma opinativa, passou a maior parte do tempo relatando os depoimentos, conforme aconteciam na delegacia.

Além das transcrições dos depoimentos, os dois jornais interessaram-se por detalhar o trabalho realizado no necrotério pelos legistas. E mais uma vez o maior investimento veio da parte de *O Paiz*, associando linguagem médica às impressões do redator:

No necrotério a vimos.

É uma rapariga sem beleza alguma, corpo miúdo e carnação regular.

Autopsiou-a o Dr. Thomaz Coelho, médico-legista da polícia.

Parece que depois de vibrar o golpe terrível que quase a decapitou, o assassino continuou a forcejar com a faca, pois os bordos da grande ferida apresentam recortes que só assim se explicam.

Na face, do lado direito, há duas outras escoriações que devem ter sido produzidas já quando ela estava exangue; talvez ao debater-se na horrível agonia da morte.

Na face do lado esquerdo há duas outras escoriações que ela deve ter recebido em vida; e que parecem produzidas pelas unhas da mão que a amordaçou.

No dorso da mão direita há um pequeno golpe, adquirido provavelmente no esforço de se libertar do assassino.

Ocupou Luiza Argentina dos Reis a primeira mesa à esquerda de quem entra no necrotério.⁵⁵

Alguns dos jornais de maior circulação em finais do século XIX investiram em histórias de mulheres pobres, recorrendo ao suspense e também à linguagem científica produzida por meio de médicos-legistas. São histórias que se encontraram na página do jornal e pertenciam a pessoas que frequentavam as mesmas ruas do Rio de Janeiro. Certamente foram acompanhadas de perto e com interesse por outras mulheres trabalhadoras que, mesmo não sendo amigas íntimas nem de Ambrozina, nem de Luiza, se identificaram com elas ou repeliram aquele modo de vida, porque acataram os conselhos e julgamentos produzidos pelos próprios jornais contemporâneos. A *Gazeta de Notícias*, *O Paiz* e outras folhas de boa circulação naquele ano de 1896 não investiriam tanto nessas histórias sem a confiança de que receberiam atenção de um público que também era feminino.

Um encontro possível: Genoveva, Ambrozina e Luiza

⁵⁵ *O Paiz*.

Conforme vimos, Genoveva era uma personagem de Machado de Assis, que pertenceu a um conto publicado ainda nos anos 1880. Ela não se encontrou fisicamente nem com Ambrozina, nem com Luiza. Segundo Peter Gay, no entanto:

é justo dizer que durante grande parte do século XX os romancistas por toda a Europa e os Estados Unidos estavam firmemente comprometidos com o princípio da realidade. Fizeram, por assim dizer, um pacto tácito com o público que os obrigava a permanecer fiéis às verdades sobre os indivíduos e sua sociedade, a inventar apenas pessoas e situações “reais”, em suma, a ser dignos de confiança em suas ficções sobre a vida comum.⁵⁶

Sobre os literatos brasileiros, Leonardo Pereira também já identificou, na passagem do século XIX para o XX esse compromisso com a realidade e a intenção de intervir em seu tempo.⁵⁷ Ao acompanharmos as histórias de Ambrozina e Luiza durante este artigo, pudemos perceber que se os literatos estavam interessados em levar a realidade para as suas histórias ficcionais, os redatores de histórias ditas reais recorriam ao modo de escrita de contos e folhetins, sendo auxiliados pelo vocabulário científico, com a finalidade de cativar e fidelizar o público leitor. As fronteiras entre ficção e realidade eram muito mais fluidas do que aqueles próprios homens de letras gostariam, em função, talvez, da manutenção das altas tiragens das folhas.

Quem soube aproveitar muito bem dessa fluidez foi Machado de Assis, seja em seus contos, seja em suas crônicas. Usando do artifício de associação entre ficção e realidade, o literato criou Genoveva, personagem que falava diretamente às leitoras da Gazeta de Notícias. Com a mesma pena, construiu entre 24 de abril de 1892 e 28 de fevereiro de 1897 a série de crônicas “A Semana”. Para isso, ocupou o lugar de honra do jornal, ou seja, a primeira coluna dos números publicados aos domingos, falando não só sobre mulheres, como também para mulheres. Essas crônicas, em grande medida, eram escritas, a partir do material recolhido ao longo da semana passada, nos próprios jornais. Assim entre os dias 9 de fevereiro e 1º de março de 1896, a história de Ambrozina foi comentada pelo já renomado literato. Na primeira crônica, havia a seguinte apresentação:

Era uma pobre mulher trabalhadeira com dois filhos adolescentes e mãe valetudinária; morava nos fundos de uma estalagem da rua da Providência. O filho era empregado, a filha aprendia a fazer flores... Não sei se te lembras do acontecimento: tais são os casos de sangue destes dias que é natural vir o fastio e ir-se a memória. Pois fica lembrado.

⁵⁶ GAY, Peter. *Represálias selvagens: realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Gustavo Flaubert e Thomas Mann*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Pp. 11-12.

⁵⁷ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A realidade como vocação: literatura e experiência nas últimas décadas do império”. In: GRINBERG, K. & SALLES, R. (orgs.). *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Havia a princípio a tentativa de fazer lembrar aquilo que pudesse ter sido esquecido em meio a tantas histórias “de sangue”, embora aquela fosse uma história exaustivamente comentada por aqueles dias. Existia ainda ali a tentativa de acentuar o caráter trabalhador da mulher que escolhera aquela forma de viver para tentar escapar da miséria. Em seguida, partia para a causa do suicídio: “não foi a pobreza”, “nem desprezo de homem, nem ciúmes”. Assim, Machado de Assis elencava as principais causas de suicídios por aqueles tempos, como poderia ser lido nos próprios jornais. Como consequência, chegava à história de amor entre Ambrozina e Matilde, com transcrições de frases encontradas nas cartas trocadas entre elas. Finalmente mostrava como a mesma história poderia ter diferentes percepções: “Ao médico não custará dizer que é um caso patológico, ao romancista que é um problema psicológico”.

O literato colocava a imparcialidade científica em suspeição e deixava vazar como opiniões de médicos e romancistas ajudaram a formar o modo como se viam as mulheres naquele início de República. Uma semana depois, Machado de Assis ainda retomaria o caso de Ambrozina, e, ao adotar a pilhéria para refletir sobre a função das mulheres naqueles novos tempos, produziu a frase que serve de título para este artigo: “Portanto, não é exatamente de mulheres que a República precisa: é de pares para os seus cavalheiros”. Assim, embora a República oferecesse um papel aparentemente importante às mulheres, no final das contas, elas não passavam, de acordo com a visão masculina preponderante, de damas conduzidas por homens com o poder de vida e morte sobre elas.

Ambrozina e Luiza não valsavam, conforme a música entoada pelos intelectuais da República. Foram mulheres que fizeram a opção por relacionamentos pouco convencionais, com histórias relatadas no mesmo espaço tipográfico, que frequentavam as mesmas ruas e tiveram vizinhos idênticos. Foi isso o que revelou a noiva pretendida por Pedro, assassino confesso de Luiza. Segundo relato constante em *O Paiz*, Chiquinha residia a rua da Providência, 26, em frente à taverna de Alexandre Rodrigues, “protagonista do ‘Drama intrincado’ de que nos temos ocupado”.⁵⁸ Aquelas eram mulheres que moravam em pequenas casas de estalagem, dividindo entre elas o mesmo espaço e, algumas vezes, a mesma rede de proteção feminina. Chiquinha é descrita como uma “mulatinha de cabelo liso. Tem 18 anos e representa apenas 14, conquanto bem nutrida. O olhar não tem grande expressão e a fisionomia é mais do que vulgar, sem ser feia”. A moça afirmava que, embora tivesse recebido a promessa de se casar com Pedro, sabia que o rapaz gostava de outra mulher. Além dessa informação, Chiquinha contava que o futuro enlace entre ela e Pedro havia sido desfeito sob o intermédio da mãe dela.

Essas relações familiares protagonizadas por mulheres livres invadiram as páginas dos jornais. Eram famílias marcadas pela pobreza e por separações forçadas, oriundas da necessidade de buscar trabalho longe de casa. Isso é perceptível, por exemplo, quando observamos o depoimento da irmã de Pedro, que revelava que o pai encontrava-se trabalhando na ilha das Cobras e que se admirava do desembaraço de Luiza. A moça fazia essa afirmação, ao mesmo tempo em que dizia ter vivido por 15 anos com um mesmo homem, de quem só se

⁵⁸ *O Paiz*. 25 de fevereiro de 1896.

separara por causa da morte dele. Era o modo dela encontrado para demonstrar obediência às normas Republicanas, quando, na verdade, reinventava o seu dia a dia, assim como várias outras mulheres que a rodeavam. Assim, recursos ficcionais e linguagem científica, com argumentos forjados por médicos e policiais, serviram para organizar as primeiras páginas dos grandes jornais e também para que mulheres pobres e trabalhadoras se defendessem e protegessem as suas próprias famílias. Essa linguagem ficcional e científica levava em seu bojo marcas de raça, gênero e classe forjadas em relações escravistas e reeditadas no pós-abolição.

Referências

Bibliografia

ALVES, Maíra Chinelatto. *Cativeiros em conflito: crimes e comunidades escravas em Campinas (1850-1888)*. Tese de doutorado em História: USP, 2015.

ASPERTI, Clara. “A vida carioca nos jornais: Gazeta de Notícias e a defesa da crônica”. In: *Contemporânea*. N. 7, 2006.2.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa – Brasil – 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei – 1889-1930*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

COLLINS, Patricia Hill & BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. “De historiadoras, brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relações de gênero no Brasil (século XIX e início do XX)”. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, V. 3, N. 5, 1998.

EL FAR, Alessandra. “Crítica social e ideias médicas nos excessos do desejo: uma análise dos ‘romances para homens’ de finais do século XIX e início do XX”. In: *Cadernos Pagu*. Janeiro-Junho de 2007. P. 285-312.

ENGEL, Magali. “Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930)”. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

FREIRE, Maria Martha de Luna. “‘Ser mãe é uma ciência’: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920”. In: *História, ciência, saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, V. 15, Supl., junho de 2008. P. 153-171.

GAY, Peter. *Represálias selvagens: realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Gustavo Flaubert e Thomas Mann*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MARTINS, Ana Luiza. “Imprensa em tempos de império”. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

OTONNI, Ana Vasconcelos. *O paraíso dos ladrões: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920)*. Tese de Doutorado em História, UFF, 2012.

PEREIRA, Leonardo. “A realidade como vocação: literatura e experiência nas últimas décadas do império”. In: GRINBERG, K. & SALLES, R. (orgs.). *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PINHEIRO, Luciana de Araújo. *A civilização do Brasil através da infância: propostas e ações voltadas à criança pobre nos anos finais do Império (1879-1889)*. Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2003.

PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006. 2ª edição.

ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

SCHETTINI, Cristiana. “Os caminhos da diversão”. In: *Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Tese de Doutorado em História, Unicamp, 2002.

SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

SILVEIRA, Daniela Magalhães da. “De ‘desenvoltura excepcional’ a corpos expostos no necrotério: raça e gênero em assassinatos de mulheres no pós-abolição”. In: *17º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – Anais Eletrônicos*. UNIRIO, 23 a 27 de novembro de 2020.

SOIHET, Raquel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana. 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

TELLES, Lorena Féres da Silva. *Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)*. Tese de Doutorado em História, USP, 2018.